

FONTE : Jornal do Comércio (AM) CLASS. : 504
DATA : 09 09 87 PG. : 24

CMA investiga corrupção

A denúncia de corrupção feita pelo deputado estadual Sebastião Reis contra a Funai já chegou ao Comando Militar da Amazônia, através do coronel Marques, que foi procurado pelo denunciante na manhã de ontem em sua residência. A Funai também se manifestou dizendo que não há desvio de verbas do Projeto Calha Norte.

Funai diz que não há desvio

As denúncias de malversação dos recursos destinados ao Projeto Calha Norte pela Funai, feitas pelo deputado Sebastião Reis, foram rebatidas ontem pelo superintendente do órgão, Sebastião Amâncio, que lembrou a existência da Comissão de Licitação, que acompanha todas as transações de ordem comercial da Fundação e que, por outro lado, recebe periodicamente auditorias internas executadas pelo Ministério do Interior.

Amâncio disse acreditar que as denúncias formuladas pelo deputado tenham partido de algum funcionário descontente do órgão, interessado em "dengriar a imagem da Fundação e do superintendente". A atuação dessa Comissão de Licitação, no entanto, segundo argumentação do superintendente, é um fato incontestável da lisura com que são feitas as transações comerciais da Funai. "Essa Comissão se encarrega de colocar os avisos de concorrências nos jornais e de cuidar de todos os procedimentos legais nesse sentido", complementou, sem saber informar no momento qual a empresa teria ganho a licitação para a venda de equipamentos destinados à implantação das atividades do Calha Norte de responsabilidade do órgão.

De acordo com os dados apresentados por Sebastião Amâncio, a Funai recebeu até agora recursos da ordem de Cz\$ 7.700,00, repassados pelo Governo no final do ano passado para a aquisição de equipamentos necessários para os postos avançados da Funai nos territórios indígenas, com os serviços de saúde, educação e desenvolvimento comunitário. O total do orçamento previsto no projeto é de 35 milhões de cruzados, que deverão ser corrigidos este ano, em função da inflação.

O principal argumento utilizado pelo superintendente da Funai contra as denúncias de desvio de recursos está na auditoria que, segundo ele, é feita regularmente pelo Ministério do Interior não só na questão dos recursos do Calha Norte, como o de toda a verba repassada pela União para o funcionamento do órgão, e que não detectaram nenhuma irregularidade administrativa nestes últimos exercícios.

MANIPULAÇÃO

Numa avaliação da IV Assembleia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, realizada no fim do mês passado, Amâncio disse que houve uma tentativa de manipulação por parte de elementos estranhos à questão, para "conduzir a cabeça dos índios" que, no entanto, reagiram de outra forma porque são "bastante aculturados e não se deixaram levar". Isso numa referência à advogada Sônia Regina, representante do Movimento em Defesa da Vida, que teve uma atuação polêmica na Assembleia.

As propostas resultantes desta Assembleia serão encaminhadas a Brasília para serem submetidas a estudos, conforme adiantou o superintendente da Funai.

O Projeto Calha Norte, no entender de Amâncio, não é de fato um projeto de consenso, mas está sendo avaliado de forma precipitada. "Se diz muitas coisas sobre o projeto, mas as partes interessadas ainda não se definiram", sustentou.

NOTA

No final da tarde de ontem, a Funai distribuiu nota oficial à imprensa falando sobre a denúncia feita pelo deputado estadual Sebastião Reis, acusando a direção da entidade, no Amazonas, de corrupção, através de transações comerciais irregulares. Segue a nota, na íntegra: "A Fundação Nacional do Índio pela 5ª Superintendência Executiva Regional, tendo em vista a matéria publicada neste prestigioso matuti-

no de autoria do Sr. deputado Sebastião Reis, em que denuncia atos de corrupção numa operação triangular, envolvendo as firmas Fritec e Pernambucanas, juntamente com o Superintendente do órgão Sr. Sebastião Amâncio da Costa, vem com o amparo na Lei 5250 de 9/2/67 (exercitando o direito de resposta solicitar de V.Sª se digne publicar a presente com o mesmo destaque dado à notícia acima referida).

1 — Com efeito a Funai — 5ª Superintendência Executiva Regional com recursos do Projeto Calha Norte necessitava adquirir equipamentos, determinando para tanto que o setor competente tomasse as providências para tal. Assim foi feito com o Aviso de Tomada de Preço para as firmas, sendo publicado nos jornais locais.

2 — A Firma Pernambucanas não se manifestou publicamente, apenas o fazendo a Firma Fritec.

3 — A transação foi por conseguinte realizada com a Fritec, tendo a mesma recebido o valor cobrado conforme as notas fiscais e entregue o material discriminado.

4 — Alguns dias após a transação, por denúncia verbal, chegou ao conhecimento do Superintendente que teria havido ilicitude na compra e venda, tendo o Superintendente de imediato solicitado ao chefe do setor responsável a remessa e entrega de todos os documentos referentes à transação envolvendo valores do Projeto Calha Norte.

5 — Após isso ficou constatado o desaparecimento dos documentos que se encontram misteriosamente em poder do deputado Sebastião Reis, concernentes a operação entre a Fritec e a Funai, o que levou o Superintendente a determinar no dia 20 de março de 1987, a instauração de sindicância para apurar o desaparecimento misterioso desses documentos, e afastando por tempo indeterminado o responsável pelo setor e uma auditoria geral foi instalada naquele departamento para análise completa de todas as operações envolvendo dinheiro do Projeto Calha Norte.

6 — A comissão de auditoria procedeu o levantamento de tudo pelo período de 15 dias, retornando à Brasília para suas conclusões finais.

7 — Esta Superintendência através de seu Superintendente não conhece e jamais foi apresentado aos diretores das firmas Pernambucanas e Fritec, não tendo com os mesmos qualquer vínculo de amizade e nem relacionamento comercial, e o mais importante, já autorizou o Departamento Jurídico desta 5ª Superintendência Executiva Regional para dependendo das conclusões dos senhores auditores promover a denúncia perante a Polícia Federal, a qual inclusive, já tem conhecimento do caso, a apuração da responsabilidade criminal de quem quer que seja; da Funai, das Lojas Pernambucanas, ou de qualquer outra envolvida com transação ilícita com esta Superintendência.

Com tais explicações, senhor diretor acredita esta Superintendência, ter esclarecido ao vosso público leitor que em momento algum compactou ou pretende apoiar atos de corrupção e sequer se omitindo na tomada das providências, que se fizeram necessárias, estando à disposição, dentro da Lei, para demonstração de tudo o que acima foi exposto.

Atenciosamente,

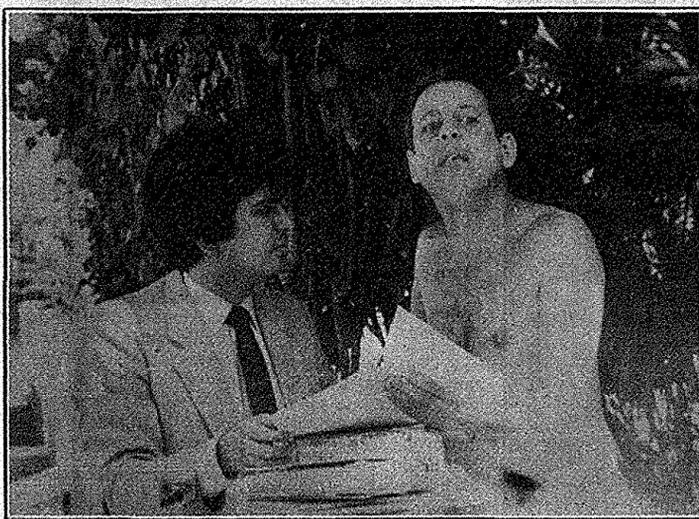
MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Sebastião Amâncio da Costa
Superintendente Executivo Regional 5ª Região
Portaria nº 216 de 09.06.86

O deputado estadual Sebastião Reis, que havia denunciado, na quinta-feira, o caso de corrupção envolvendo a Funai e as firmas Fritec e Casas Pernambucanas, no que se refere ao desvio de verbas destinadas ao Projeto Calha Norte, entregou, ontem, uma cópia da denúncia publicada em alguns matutinos desta capital, ao coronel Marques, do Comando Militar da Amazônia.

Reis afirmou pela manhã, na Assembleia Legislativa, que não é contra o Calha Norte, frisando que "o Brasil corre o risco de infiltrações de subversivos, como grupos guerrilheiros peruanos (ele se referia ao Sendero Luminoso)". O deputado não concordou, entretanto, com a maneira como está sendo executado o Projeto, principalmente no que diz respeito a terras indígenas. "Não se pode invadir-las", assegurou.

Para o denunciante, o mais importante no momento é saber onde foi parar o dinheiro que rendeu a operação triangular envolvendo a Funai e as duas firmas



Reis foi encontrar o coronel em casa, no feriado militar

(Fritec e Casas Pernambucanas).

CIMI SE MANIFESTA

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entregou, ontem, uma nota à imprensa repudiando essa prática, que "prejudica, sobretudo, os índios da região". Para o Cimi, as suspeitas dos índios, levantadas na Assembleia dos Povos Indígenas do Alto

Rio Negro, quando eles pediram que as verbas chegassem às suas comunidades, tinham fundamento.

O Cimi vai mais longe, citando a denúncia feita, na Assembleia, contra a Funai, que teria funcionários em Brasília e em Manaus ganhando diárias de 1.800 a 2.300 cruzados e garante que, no "recreio da alegria", como é chamado o or-

gão, estão empregados "tios dos amigos, amigos dos colegas, parentes de companheiros e familiares de amigos" dos funcionários.

O Cimi finda a nota afirmando que pedirá ao Ministério do Interior que faça "uma séria auditoria na Funai" pedindo, ainda, à Procuradoria Geral da República que promova a apuração dos fatos, "na qualidade de fiscal das

Fundações". A nota fala, ainda, sobre o discurso de despedida do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, em que ele afirma que o problema do País é a impunidade, a corrupção que desmoraliza planos. "Não é por isso que devemos nos calar", conclui a nota.

ÓRGÃO INVESTIGAM

Nenhum outro órgão ligado ao Projeto Calha Norte, que trata da ocupação da zona de fronteira da Amazônia pelas Forças Armadas e Polícia Federal, manifestou-se, ontem, sobre a denúncia de Sebastião Reis. O Conselho de Segurança Nacional, órgão responsável pela elaboração do Projeto, ainda não se manifestou, mesmo porque não tem representantes em Manaus. O Serviço Nacional de Informações (SNI), com representantes em Manaus, está investigando o caso, conforme informou uma fonte do JC. Já a Polícia Federal e o Comando Militar da Amazônia, até por desconhecimento de causa, evitam tecer comentários.